

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA P₃ --

-- CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS --

Questão 1

Em relação às contas nacionais brasileiras, a soma das remunerações dos fatores de produção gera como resultado o

- Ⓐ PIB a preço de mercado.
- Ⓑ PNB a preço de mercado.
- Ⓒ PIB a custo de fatores.
- Ⓓ PNB a custo de fatores.

JUSTIFICATIVAS

A - 3 Macroeconomia. 3.1 As contas nacionais; ERRADA. A soma das remunerações dos fatores de produção fornece o PIB a custo de fatores (PIBcf), ao passo que a soma dos gastos em bens e serviços finais fornece o PIB a preços de mercado (PIBpm).*/

B - 3 Macroeconomia. 3.1 As contas nacionais; ERRADA. A soma das remunerações dos fatores de produção fornece o PIB a custo de fatores (PIBcf), ao passo que a soma dos gastos em bens e serviços finais fornece o PIB a preços de mercado (PIBpm).*/

C - 3 Macroeconomia. 3.1 As contas nacionais; CORRETA. A soma das remunerações dos fatores de produção fornece o PIB a custo de fatores (PIBcf), ao passo que a soma dos gastos em bens e serviços finais fornece o PIB a preços de mercado (PIBpm).*/

D - 3 Macroeconomia. 3.1 As contas nacionais; ERRADA. A soma das remunerações dos fatores de produção fornece o PIB a custo de fatores (PIBcf), ao passo que a soma dos gastos em bens e serviços finais fornece o PIB a preços de mercado (PIBpm).*/

Questão 2

Com referência a instrumentos de controle monetário utilizados pelo Banco Central do Brasil (BCB) e a conceitos relacionados aos principais agregados monetários, assinale a opção correta.

- Ⓐ O multiplicador monetário é igual à razão entre reservas bancárias e papel moeda em poder do público.
- Ⓑ Se o BCB alterar o compulsório sobre depósitos à vista, haverá imediata criação de meios de pagamento na economia.
- Ⓒ Se o papel moeda em poder do público for zero, o multiplicador monetário será igual a um.
- Ⓓ O valor da base monetária é diferente do agregado M1.

JUSTIFICATIVAS

A - 4 Moeda e crédito. 4.1 Conceitos e funções da moeda; base monetária e meios de pagamento; o multiplicador monetário; o Banco Central e os instrumentos de controle monetário; o Sistema Financeiro Nacional. ERRADA. O multiplicador monetário é igual à razão entre meios de pagamento e a base monetária, ou seja:

$$a = \frac{PMPP + DVBC}{PMPP + reservas}$$

Assim, o multiplicador será igual à razão entre depósitos à vista em bancos comerciais e reservas bancárias apenas no caso particular em que o papel moeda em poder do público (PMPP) for igual à zero, ou seja, nenhum indivíduo pode manter moeda em sua “carteira”.*/

B - 4 Moeda e crédito. 4.1 Conceitos e funções da moeda; base monetária e meios de pagamento; o multiplicador monetário; o Banco Central e os instrumentos de controle monetário; o Sistema Financeiro Nacional. ERRADA. O multiplicador monetário é igual à razão entre os meios de pagamento e a base monetária. Quando o Banco Central altera o compulsório, ele aumenta o multiplicador monetário da economia. Contudo, a criação de meios de pagamento depende da criação de moeda por

parte dos bancos comerciais. Para tanto, o banco precisa criar uma obrigação contra si próprio e, dessa forma, reduzir a sua liquidez. Com efeito, a simples alteração do multiplicador monetário não garante a criação de meios de pagamento.*/

C - 4 Moeda e crédito. 4.1 Conceitos e funções da moeda; base monetária e meios de pagamento; o multiplicador monetário; o Banco Central e os instrumentos de controle monetário; o Sistema Financeiro Nacional. ERRADA. O multiplicador monetário é igual à razão entre os meios de pagamento e a base monetária, ou seja:

$$a = \frac{PMPP + DVBC}{PMPP + reservas}$$

Assim, o multiplicador será igual à razão entre depósitos à vista em bancos comerciais e reservas bancárias apenas no caso particular em que o papel moeda em poder do público (PMPP) for igual à zero, ou seja, nenhum indivíduo pode manter moeda em sua “carteira”.

Nesse sentido, se o PMPP for igual a zero, o multiplicador monetário será igual a razão entre depósitos à vista e reserva bancária. Como os DVBC são muito maiores que a reserva bancária, essa razão só seria igual a um no caso absurdo em que os bancos não realizam empréstimos.*/

D - 4 Moeda e crédito. 4.1 Conceitos e funções da moeda; base monetária e meios de pagamento; o multiplicador monetário; o Banco Central e os instrumentos de controle monetário; o Sistema Financeiro Nacional. CORRETA. O M1 é igual ao papel moeda em poder do público mais o depósito à vista em bancos comerciais. Por essa razão, o M1 constitui meios de pagamento. Como o valor do depósito à vista supera a reserva bancária, o valor do M1 é superior ao valor da base monetária, que é igual ao papel moeda em poder do público mais a reserva bancária.*/

Questão 3

Em relação às instituições participantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), assinale a opção correta.

- Ⓐ Instituições de pagamento, como operadoras de cartão de crédito, não fazem parte do SFN.
- Ⓑ Os bancos comerciais são supervisionados pela Comissão de Valores Mobiliários.
- Ⓒ As sociedades de capitalização são supervisionadas pelo BCB.
- Ⓓ As entidades abertas de previdência complementar são supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

JUSTIFICATIVAS

A - 4 Moeda e crédito. 4.1 Conceitos e funções da moeda; base monetária e meios de pagamento; o multiplicador monetário; o Banco Central e os instrumentos de controle monetário; o Sistema Financeiro Nacional. CORRETA. As instituições de pagamento não compõem o SFN, mas são reguladas e fiscalizadas pelo BCB, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. O marco legal do SFN é dado pela Lei n.º 4.595/1964.*/

B - 4 Moeda e crédito. 4.1 Conceitos e funções da moeda; base monetária e meios de pagamento; o multiplicador monetário; o Banco Central e os instrumentos de controle monetário; o Sistema Financeiro Nacional. ERRADA. Os bancos comerciais

são aqueles que recebem depósitos à vista e são supervisionados pelo Banco Central. */

C - 4 Moeda e crédito. 4.1 Conceitos e funções da moeda; base monetária e meios de pagamento; o multiplicador monetário; o Banco Central e os instrumentos de controle monetário; o Sistema Financeiro Nacional. ERRADA. As sociedades de capitalização são supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). */

D - 4 Moeda e crédito. 4.1 Conceitos e funções da moeda; base monetária e meios de pagamento; o multiplicador monetário; o Banco Central e os instrumentos de controle monetário; o Sistema Financeiro Nacional. ERRADA. As entidades abertas de previdência complementar são supervisionadas pela Susep. A PREVIC só supervisiona as entidades fechadas de previdência complementar.*/

Questão 4

Assinale a opção correta acerca da estrutura orçamentária brasileira.

- A O resultado primário inclui a parcela de juros da dívida pública.
- B O resultado dos bancos públicos federais não entra no resultado fiscal do setor público.
- C O resultado acima da linha mensura a variação da dívida líquida total.
- D O resultado primário é calculado pelo regime de competência.

JUSTIFICATIVAS

A - 1 Objetivos, metas, abrangência e definição.

7 Receita orçamentária. 7.1 Classificação, estágios (etapas) da receita, regime de execução orçamentária, recursos orçamentários, deduções da receita orçamentária.

8 Despesa orçamentária. 8.1 Classificação da despesa orçamentária sob seus diversos enfoques, estágios (fases) da despesa orçamentária. 9 Orçamento público. 9.1 Conceitos e princípios orçamentários, tipos de orçamento, técnicas de elaboração orçamentária.

15 Política fiscal. 15.1 Equilíbrio orçamentário; estabilização da moeda; pleno emprego; desenvolvimento econômico; redistribuição da renda. ERRADA. O resultado primário exclui a incidência de juros sobre a dívida, que dependem da taxa de juros nominal e do estoque da dívida passada atrelada aos juros. A exclusão dos juros no conceito primário fornece a exata dimensão da magnitude do esforço fiscal realizado pelos agentes públicos, por isso mesmo este conceito é muito difundido para se mensurar o esforço efetivo do setor público no resultado orçamentário.*/

B - 1 Objetivos, metas, abrangência e definição.

7 Receita orçamentária. 7.1 Classificação, estágios (etapas) da receita, regime de execução orçamentária, recursos orçamentários, deduções da receita orçamentária.

8 Despesa orçamentária. 8.1 Classificação da despesa orçamentária sob seus diversos enfoques, estágios (fases) da despesa orçamentária. 9 Orçamento público. 9.1 Conceitos e princípios orçamentários, tipos de orçamento, técnicas de elaboração orçamentária.

15 Política fiscal. 15.1 Equilíbrio orçamentário; estabilização da moeda; pleno emprego; desenvolvimento econômico; redistribuição da renda. CORRETA. O conceito de setor público considerado para efeitos de mensuração do resultado fiscal é o do setor público não financeiro mais o Banco Central do Brasil (BCB). Assim, não entram no cálculo do resultado fiscal os bancos públicos federais.*/

C - 1 Objetivos, metas, abrangência e definição.

7 Receita orçamentária. 7.1 Classificação, estágios (etapas) da receita, regime de execução orçamentária, recursos orçamentários, deduções da receita orçamentária.

8 Despesa orçamentária. 8.1 Classificação da despesa orçamentária sob seus diversos enfoques, estágios (fases) da despesa orçamentária. 9 Orçamento público. 9.1 Conceitos e princípios orçamentários, tipos de orçamento, técnicas de elaboração orçamentária.

15 Política fiscal. 15.1 Equilíbrio orçamentário; estabilização da moeda; pleno emprego; desenvolvimento econômico; redistribuição da renda. ERRADA. Este conceito diz respeito ao resultado abaixo da linha. O resultado acima da linha corresponde à diferença entre as receitas e as despesas do setor público.*/

D - 1 Objetivos, metas, abrangência e definição.

7 Receita orçamentária. 7.1 Classificação, estágios (etapas) da receita, regime de execução orçamentária, recursos orçamentários, deduções da receita orçamentária.

8 Despesa orçamentária. 8.1 Classificação da despesa orçamentária sob seus diversos enfoques, estágios (fases) da despesa orçamentária. 9 Orçamento público. 9.1 Conceitos e princípios orçamentários, tipos de orçamento, técnicas de elaboração orçamentária.

15 Política fiscal. 15.1 Equilíbrio orçamentário; estabilização da moeda; pleno emprego; desenvolvimento econômico; redistribuição da renda. ERRADA. No Brasil, os resultados primários, tanto do governo central como do setor público consolidado, são contabilizados pelo regime de caixa. Já as despesas financeiras líquidas são apuradas pelo BCB pelo regime de competência, e com isso as NFSP no conceito nominal, formadas pela soma do resultado primário e dos juros nominais (despesas financeiras líquidas), são computadas de forma híbrida.*/

Questão 5

A luz das implicações da teoria econômica sobre as contas do balanço de pagamentos, e considerando-se como válida a condição de Marshall-Lerner, é correto afirmar que a depreciação da taxa de câmbio gera,

- A no curto prazo, aumento das exportações líquidas.
- B no longo prazo, redução das exportações líquidas.
- C no curto prazo, redução das exportações líquidas.
- D no curto e no longo prazo, aumento das exportações líquidas.

JUSTIFICATIVAS

A - 5 Comércio exterior. 5.1 Balanço de pagamentos. 5.1.1 Conceito e estrutura das principais contas; equilíbrio e desequilíbrio do balanço de pagamentos; taxas de câmbio; sistemas de taxas de câmbio fixas e flexíveis. ERRADA. Considerando a validade da condição de Marshall-Lerner e os efeitos da chamada curva “J”, uma depreciação da taxa de câmbio gera, no curto-prazo, redução das exportações líquidas. Esse efeito ocorre porque, em um primeiro momento, as importações ficam mais caras e as exportações mais baratas, reduzindo o saldo comercial e, portanto, as exportações líquidas. No longo-prazo, os contratos são renegociados e a flexibilidade de preços assegura que a depreciação cambial gere, como consequência, o aumento das exportações líquidas.*/

B - 5 Comércio exterior. 5.1 Balanço de pagamentos. 5.1.1 Conceito e estrutura das principais contas; equilíbrio e desequilíbrio do balanço de pagamentos; taxas de câmbio; sistemas de taxas de câmbio fixas e flexíveis. ERRADA. Considerando a validade da condição de Marshall-Lerner e os efeitos da chamada curva “J”, uma depreciação da taxa de câmbio gera, no curto-prazo, redução das exportações líquidas. Esse efeito ocorre porque, em um primeiro momento, as importações ficam mais caras e as exportações mais baratas, reduzindo o saldo comercial e, portanto, as exportações líquidas. No longo-prazo, os contratos são renegociados e a flexibilidade

de preços assegura que a depreciação cambial gere, como consequência, o aumento das exportações líquidas.*/

C - 5 Comércio exterior. 5.1 Balanço de pagamentos. 5.1.1 Conceito e estrutura das principais contas; equilíbrio e desequilíbrio do balanço de pagamentos; taxas de câmbio; sistemas de taxas de câmbio fixas e flexíveis. CORRETA. Considerando a validade da condição de Marshall-Lerner e os efeitos da chamada curva “J”, uma depreciação da taxa de câmbio gera, no curto-prazo, redução das exportações líquidas. Esse efeito ocorre porque, em um primeiro momento, as importações ficam mais caras e as exportações mais baratas, reduzindo o saldo comercial e, portanto, as exportações líquidas. No longo-prazo, os contratos são renegociados e a flexibilidade de preços assegura que a depreciação cambial gere, como consequência, o aumento das exportações líquidas.*/

D - 5 Comércio exterior. 5.1 Balanço de pagamentos. 5.1.1 Conceito e estrutura das principais contas; equilíbrio e desequilíbrio do balanço de pagamentos; taxas de câmbio; sistemas de taxas de câmbio fixas e flexíveis. ERRADA. Considerando a validade da condição de Marshall-Lerner e os efeitos da chamada curva “J”, uma depreciação da taxa de câmbio gera, no curto-prazo, redução das exportações líquidas. Esse efeito ocorre porque, em um primeiro momento, as importações ficam mais caras e as exportações mais baratas, reduzindo o saldo comercial e, portanto, as exportações líquidas. No longo-prazo, os contratos são renegociados e a flexibilidade de preços assegura que a depreciação cambial gere, como consequência, o aumento das exportações líquidas.*/

Questão 6

Considerando a teoria clássica microeconômica e supondo que z_1 e z_2 sejam fatores de produção e $f(z)$, a forma funcional, assinale a opção que corresponde a uma função correta de produção com insumos substitutos perfeitos entre si.

- A $f(z) = az_1z_2$, com $a > 0$
- B $f(z) = z_1^a z_2^{1-a}$, com $a > 0$
- C $f(z) = \text{Min}\{z_1z_2\}$
- D $f(z) = z_1 + z_2$

JUSTIFICATIVAS

A - 1 Introdução geral aos problemas econômicos. 1.1 Escassez e escolha; a curva de possibilidades de produção; fatores de produção; produtividade e remuneração dos fatores de produção; livre mercado; o papel do governo em uma economia em desenvolvimento. ERRADA. A função de produção que com a forma funcional $f(z) = z_1 + z_2$ é a função que descreve insumos substitutos perfeitos entre si.*/

B - 1 Introdução geral aos problemas econômicos. 1.1 Escassez e escolha; a curva de possibilidades de produção; fatores de produção; produtividade e remuneração dos fatores de produção; livre mercado; o papel do governo em uma economia em desenvolvimento. ERRADA. A função de produção que com a forma funcional $f(z) = z_1 + z_2$ é a função que descreve insumos substitutos perfeitos entre si.*/

C - 1 Introdução geral aos problemas econômicos. 1.1 Escassez e escolha; a curva de possibilidades de produção; fatores de produção; produtividade e remuneração dos fatores de produção; livre mercado; o papel do governo em uma economia em desenvolvimento. ERRADA. A função de produção que com a forma funcional $f(z) = z_1 + z_2$ é a função que descreve insumos substitutos perfeitos entre si.*/

D - 1 Introdução geral aos problemas econômicos. 1.1 Escassez e escolha; a curva de possibilidades de produção; fatores de produção; produtividade e remuneração dos fatores de produção; livre mercado; o papel do governo em uma economia em desenvolvimento. CORRETA. A função de produção que com a

forma funcional $f(z) = z_1 + z_2$ é a função que descreve insumos substitutos perfeitos entre si.*/

Questão 7

Acerca das regras e dos princípios orçamentários brasileiros, assinale a opção correta.

- A A lei orçamentária anual deve ser única para toda a Federação.
- B A consistência orçamentária estabelece que as receitas devem ser vinculadas a órgãos, fundos ou despesas.
- C O princípio da universalidade impede que o Poder Executivo realize qualquer dispêndio sem prévia autorização parlamentar.
- D O princípio da multiplicidade orçamentária estabelece que o orçamento deve ser separado em três dimensões: fiscal, seguridade social e investimentos das estatais.

JUSTIFICATIVAS

A - 9 Orçamento público. 9.1 Conceitos e princípios orçamentários, tipos de orçamento, técnicas de elaboração orçamentária. 10 Ciclo orçamentário. ERRADA. O princípio da universalidade versa sobre a necessidade de que a LOA de cada ente federado contenha todas as receitas e as despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público. Esse princípio é mencionado no *caput* do art. 2.º da Lei n.º 4.320, de 1964, recepcionado e normatizado pelo § 5.º do art. 165 da CF. O princípio que estabelece que cada ente da Federação deve elaborar a sua própria LOA é o da unicidade, que não estabelece que a LOA deve ser única para toda a Federação, mas que cada ente elabore a sua própria LOA.*/

B - 9 Orçamento público. 9.1 Conceitos e princípios orçamentários, tipos de orçamento, técnicas de elaboração orçamentária. 10 Ciclo orçamentário. ERRADA. De acordo com o princípio da não vinculação da receita de impostos, estabelecido pelo inciso IV do art. 167 da CF, é vedada a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal.*/

C - 9 Orçamento público. 9.1 Conceitos e princípios orçamentários, tipos de orçamento, técnicas de elaboração orçamentária. 10 Ciclo orçamentário. CORRETA. Esse princípio está contemplado na Lei n.º 4.320/1964 nos seus artigos 3.º e 4.º, que dizem expressamente que a lei de orçamentos deve compreender todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, bem como todas as despesas próprias do órgão do governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles, se devam realizar. O princípio da universalidade possibilita ao Poder Legislativo impedir o Poder Executivo de realizar qualquer operação de receita ou despesa sem prévia autorização parlamentar.*/

D - 9 Orçamento público. 9.1 Conceitos e princípios orçamentários, tipos de orçamento, técnicas de elaboração orçamentária. 10 Ciclo orçamentário. ERRADA. Apesar de a Constituição Federal estabelecer, em seu art. 165, três esferas orçamentárias, essas peças devem ser entendidas como partes integrantes de um único documento chamado Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse sentido, vale o princípio da unidade, segundo o qual o orçamento deve ser único para possibilitar maior conhecimento do fluxo de recursos orçamentários que compõe as finanças de determinado ente público em um contexto único. Deve-se observar que o modelo segue a concepção da totalidade orçamentária, isto é, múltiplos orçamentos que são elaborados de forma independente, sofrendo, entretanto, a consolidação que possibilita o conhecimento do desempenho global das finanças públicas.*/

Questão 8

Uma economia é formada por dois consumidores, cada qual com renda de 1.000 unidades monetárias: João, com função

utilidade $U(x, y) = 7x + 2y$, e Maria, com função utilidade $U(x, y) = 3x + 2y$, em que x e y representam dois bens com preços de 200 e 50 unidades monetárias, respectivamente.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ João e Maria possuem as mesmas preferências.
- Ⓑ João irá consumir valores positivos dos dois bens.
- Ⓒ João irá consumir apenas o bem x .
- Ⓓ João irá consumir apenas o bem y .

JUSTIFICATIVAS

A - 2 Microeconomia. 2.1 Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado. ERRADA. Se os consumidores possuírem a mesma preferência, então suas taxas marginais de substituição seriam iguais. As taxas marginais de substituição de João e Maria são as seguintes.

$$TMS_{João} = \frac{\partial U(x, y) / \partial x}{\partial U(x, y) / \partial y} = \frac{7}{2}$$

$$TMS_{Maria} = \frac{\partial U(x, y) / \partial x}{\partial U(x, y) / \partial y} = \frac{3}{2}$$

Como os dois consumidores não possuem a mesma taxa marginal de substituição, pode-se concluir que não possuem as mesmas preferências.*/

B - 2 Microeconomia. 2.1 Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado. ERRADA.

O problema do consumidor é:

$$\max U(x, y) = 7x + 2y$$

$$s. a \ p_x x + p_y y \leq W$$

Em que W representa a renda do consumidor, definida na questão como igual a 1.000 unidades monetárias.

Da CPO do problema do consumidor, obtém-se:

$$\frac{7}{2} = \frac{p_x}{p_y}$$

Sendo assim, a demanda pelos bens x e y será a seguinte.

$$x = \left\{ \begin{array}{l} \frac{w}{p_x} \text{ se } \frac{7}{2} > \frac{p_x}{p_y} \\ 0 \text{ se } \frac{7}{2} < \frac{p_x}{p_y} \\ \left[0, \frac{w}{p_x} \right] \text{ se } \frac{7}{2} = \frac{p_x}{p_y} \end{array} \right\}$$

$$y = \left\{ \begin{array}{l} 0 \text{ se } \frac{7}{2} > \frac{p_x}{p_y} \\ \frac{w}{p_y} \text{ se } \frac{7}{2} < \frac{p_x}{p_y} \\ \left[0, \frac{w}{p_y} \right] \text{ se } \frac{7}{2} = \frac{p_x}{p_y} \end{array} \right\}$$

Aos preços $p_x = 200$ e $p_y = 50$, segue-se que

$$\frac{p_x}{p_y} = \frac{200}{50} = 4 > \frac{7}{2} > TMS_{João} = \frac{\partial U(x, y) / \partial x}{\partial U(x, y) / \partial y}$$

Conclui-se, portanto, que João irá gastar toda a sua renda no consumo do bem y , consumindo $\frac{1.000}{50} = 20$ unidades desse bem.*/

C - 2 Microeconomia. 2.1 Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado. ERRADA.

O problema do consumidor é:

$$\max U(x, y) = 7x + 2y$$

$$s. a \ p_x x + p_y y \leq W$$

Em que W representa a renda do consumidor, definida no exercício como igual a 1.000 unidades monetárias.

A função demanda será dos bens será dada por:

Da CPO do problema do consumidor, obtém-se:

$$\frac{7}{2} = \frac{p_x}{p_y}$$

Sendo assim, a demanda pelos bens x e y será a seguinte.

$$x = \left\{ \begin{array}{l} \frac{w}{p_x} \text{ se } \frac{7}{2} > \frac{p_x}{p_y} \\ 0 \text{ se } \frac{7}{2} < \frac{p_x}{p_y} \\ \left[0, \frac{w}{p_x} \right] \text{ se } \frac{7}{2} = \frac{p_x}{p_y} \end{array} \right\}$$

$$y = \left\{ \begin{array}{l} 0 \text{ se } \frac{7}{2} > \frac{p_x}{p_y} \\ \frac{w}{p_y} \text{ se } \frac{7}{2} < \frac{p_x}{p_y} \\ \left[0, \frac{w}{p_y} \right] \text{ se } \frac{7}{2} = \frac{p_x}{p_y} \end{array} \right\}$$

Aos preços $p_x = 200$ e $p_y = 50$, segue-se que

$$\frac{p_x}{p_y} = \frac{200}{50} = 4 > \frac{7}{2} > TMS_{João} = \frac{\partial U(x, y) / \partial x}{\partial U(x, y) / \partial y}$$

Segue-se, portanto, que João irá gastar toda a sua renda no consumo do bem y , consumindo $\frac{1.000}{50} = 20$ unidades desse bem.*/

D - 2 Microeconomia. 2.1 Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado. CORRETA.

O problema do consumidor é:

$$\max U(x, y) = 7x + 2y$$

$$s. a \ p_x x + p_y y \leq W$$

Em que W representa a renda do consumidor, definida no exercício como igual a 1.000 unidades monetárias.

Da CPO do problema do consumidor, obtém-se:

$$\frac{7}{2} = \frac{p_x}{p_y}$$

Sendo assim, a demanda pelos bens x e y será a seguinte.

$$x = \left\{ \begin{array}{l} \frac{w}{p_x} \text{ se } \frac{7}{2} > \frac{p_x}{p_y} \\ 0 \text{ se } \frac{7}{2} < \frac{p_x}{p_y} \\ \left[0, \frac{w}{p_x} \right] \text{ se } \frac{7}{2} = \frac{p_x}{p_y} \end{array} \right\}$$

$$y = \left\{ \begin{array}{l} 0 \text{ se } \frac{7}{2} > \frac{p_x}{p_y} \\ \frac{w}{p_y} \text{ se } \frac{7}{2} < \frac{p_x}{p_y} \\ \left[0, \frac{w}{p_y} \right] \text{ se } \frac{7}{2} = \frac{p_x}{p_y} \end{array} \right\}$$

Aos preços $p_x = 200$ e $p_y = 50$, segue-se que

$$\frac{p_x}{p_y} = \frac{200}{50} = 4 > \frac{7}{2} > TMS_{\text{João}} = \frac{\partial U(x, y)/\partial x}{\partial U(x, y)/\partial y}$$

Segue-se, portanto, que João irá gastar toda a sua renda no consumo do bem y , consumindo $\frac{1.000}{50} = 20$ unidades desse bem.*

Questão 9

A luz da teoria clássica da demanda e dos conceitos gerais referentes à elasticidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ Dois bens serão complementares se a elasticidade-preço cruzada da demanda for negativa.
- Ⓑ A curva de Engel é positivamente inclinada para bens inferiores.
- Ⓒ A curva de Engel relaciona o consumo com o nível de preço do bem substituto ou complementar.
- Ⓓ Uma função demanda linear possui elasticidade-preço constante.

JUSTIFICATIVAS

A - 2 Microeconomia. 2.1 Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado. **CORRETA**. Dois bens são complementares se o aumento do preço do bem x reduzir a quantidade demandada do bem y . Sendo assim, a elasticidade-preço cruzada da demanda tem que ser negativa.*

B - 2 Microeconomia. 2.1 Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado. **ERRADA**. Como a curva de Engel relaciona o consumo com a renda e , dado que um bem é dito inferior se o aumento de renda gera redução da quantidade demandada, então, a curva de Engel será negativamente inclinada no caso dos bens inferiores.*

C - 2 Microeconomia. 2.1 Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado. **ERRADA**. A curva de Engel relaciona o consumo de uma determinada mercadoria com o nível de renda do consumidor.*

D - 2 Microeconomia. 2.1 Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado. **ERRADA**. O fato de a função demanda ser constante significa que a inclinação da curva é constante. Contudo, a elasticidade envolve o conceito de variação

percentual da quantidade demandada decorrente de uma variação percentual nos preços. Como preço e quantidade não são fixos, a elasticidade muda, mesmo na demanda linear.*

Questão 10

Conforme as características das diversas estruturas de mercado, um mercado é considerado do tipo concorrência perfeita quando, por exemplo,

- Ⓐ o governo local decide suspender as concessões de ônibus em decorrência da grande oferta disponível.
- Ⓑ a imprensa publica a insatisfação dos produtores rurais pelo baixo preço pago pela saca de café.
- Ⓒ se divulga que os jogos da Copa do Mundo de Futebol só serão transmitidos em rede aberta por uma única emissora.
- Ⓓ um consumidor afirma que, devido à praticidade, prefere ir ao supermercado do seu bairro a comprar no centro da cidade.

JUSTIFICATIVAS

A - 2 Microeconomia. 2.1 Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado. **ERRADA**. O mercado em questão não é do tipo concorrência perfeita porque não há livre entrada de empresas.*

B - 2 Microeconomia. 2.1 Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado. **CORRETA**. O mercado em questão é do tipo concorrência perfeita porque o bem é homogêneo, existe livre entrada e saída do mercado, os produtores são tomadores de preços e utilizam o mesmo modo de produção.*

C - 2 Microeconomia. 2.1 Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado. **ERRADA**. O exemplo descreve uma situação de monopólio, e não de concorrência perfeita.*

D - 2 Microeconomia. 2.1 Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado. **ERRADA**. O mercado em questão não é do tipo concorrência perfeita porque os produtos não são homogêneos.*

Questão 11

Se um ativo intangível for reavaliado, sua amortização acumulada na data da reavaliação deverá ser

- Ⓐ revertida em contas de resultado para evidenciar o novo valor reavaliado.
- Ⓑ eliminada contra o valor da reserva de reavaliação, em contas de patrimônio líquido.
- Ⓒ ajustada proporcionalmente ao novo valor contábil do ativo, complementando ou eliminando a diferença.
- Ⓓ eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o valor líquido pelo seu valor reavaliado.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 252, se um ativo intangível for reavaliado, a amortização acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o valor líquido pelo seu valor reavaliado.* /

B - Errado. Conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 252, se um ativo intangível for reavaliado, a amortização acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o valor líquido pelo seu valor reavaliado.* /

C - Errado. Conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 252, se um ativo intangível for reavaliado, a amortização acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o valor líquido pelo seu valor reavaliado.* /

D - CERTO. Conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 252, se um ativo intangível for reavaliado, a amortização acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o valor líquido pelo seu valor reavaliado.* /

Questão 12

No tratamento contábil dos passivos contingentes, a divulgação da saída de recursos que for considerada remota deve ser

- A dispensada.
- B feita em notas explicativas.
- C feita em contas de resultado.
- D feita em contas patrimoniais.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. Conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 302, os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota.* /

B - Errado. Conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 302, os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota.* /

C - Errado. Conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 302, os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota.* /

D - Errado. Conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 302, os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota.* /

Questão 13

Na repartição tributária dos impostos, o ente receptor só terá condições de reconhecer a variação patrimonial aumentativa e o ativo (créditos a receber) quando houver, por parte do ente transferidor,

- A a previsão da receita.
- B o lançamento da receita.
- C a arrecadação da receita.
- D o recolhimento da receita.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado, conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 305, somente no momento da arrecadação por parte do ente

transferidor, o ente receptor terá condições de reconhecer a variação patrimonial aumentativa e o ativo (créditos a receber).* /

B - Errado, conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 305, somente no momento da arrecadação por parte do ente transferidor, o ente receptor terá condições de reconhecer a variação patrimonial aumentativa e o ativo (créditos a receber).* /

C - CERTO, conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 305, somente no momento da arrecadação por parte do ente transferidor, o ente receptor terá condições de reconhecer a variação patrimonial aumentativa e o ativo (créditos a receber).* /

D - Errado, conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 305, somente no momento da arrecadação por parte do ente transferidor, o ente receptor terá condições de reconhecer a variação patrimonial aumentativa e o ativo (créditos a receber).* /

Questão 14

No ambiente da informação de custos no setor público, a responsabilidade por definir e estruturar os centros de responsabilidade cabe

- A ao profissional contábil responsável pelo sistema.
- B ao analista de sistemas responsável pela estruturação do sistema.
- C à Coordenação de Informações de Custos e do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial da Subsecretaria de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional.
- D à alta administração da entidade.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Conforme disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, item 28, a alta administração da entidade é responsável por definir e estruturar seus centros de responsabilidade.* /

B - Errado. Conforme disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, item 28, a alta administração da entidade é responsável por definir e estruturar seus centros de responsabilidade.* /

C - Errado. Conforme disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, item 28, a alta administração da entidade é responsável por definir e estruturar seus centros de responsabilidade.* /

D - CERTO. Conforme disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, item 28, a alta administração da entidade é responsável por definir e estruturar seus centros de responsabilidade.* /

Questão 15

Conforme o detalhamento das contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), os entes da Federação

- A podem detalhar a conta contábil em quaisquer dos níveis apresentados na relação de contas do PCASP.
- B somente podem detalhar a conta contábil nos níveis apresentados na relação de contas do PCASP com a anuência do tribunal de contas ao qual se encontrem jurisdicionados.
- C somente podem detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP.
- D não podem detalhar as contas contábeis constantes da relação de contas do PCASP.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 467, os entes da Federação somente podem detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP.* /

B - Errado. Conforme disposto na 9.ª edição do MCASP, página 467, os entes da Federação somente podem detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP.* /

Ⓒ Apenas o item III está certo.

Ⓓ Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Apenas o item III está certo.*/
B - Errado. Apenas o item III está certo.*/
C - CERTO.
O item I está errado.

Risco inerente é o risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto.

Risco residual é o risco a que uma organização está exposta após a implementação de ações gerenciais para o tratamento do risco.

Como o evento descrito no enunciado do item I não faz menção a qualquer ação do sistema de controle interno com vistas a mitigar o referido risco, tem-se o chamado "risco inerente", e não o "risco residual".

O item II está errado.

O conceito apresentado diz respeito ao apetite ao risco, e não à tolerância a risco, que é entendida como o grau de variação de apetite ao risco que uma organização está disposta a tolerar.

O item III está certo.

O Diagrama Espinha de Peixe, também conhecido por diagrama de causa e efeito, é uma ferramenta utilizada na identificação das possíveis causas dos desvios que ocorrem nos processos de uma organização.*/
D - Errado. Apenas o item III está certo.*

Questão 24

A descoberta, pela equipe de vigilância, de pessoa circulando no prédio de uma organização sem fazer uso de crachá de identificação, peça obrigatória para se ter acesso às dependências do prédio, caracteriza um controle do tipo

Ⓐ detectivo.

Ⓑ preventivo.

Ⓒ corretivo.

Ⓓ repressivo.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. Os controles detectivos identificam erros, desperdícios ou irregularidades no momento em que eles ocorrem, permitindo a adoção de medidas tempestivas de correção.*/
B - Errado. Os controles preventivos se destinam a evitar a ocorrência de erros, desperdícios ou irregularidades.*/
C - Errado. Os controles corretivos são os criados para detectar erros, desperdícios ou irregularidades após a sua ocorrência, permitindo a adoção posterior de ações corretivas.*/
D - Errado. O controle repressivo é aplicável ao ato normativo promulgado e tem por objetivo retirar o ato normativo inconstitucional da ordem jurídica ou impedir que seja aplicado em casos concretos.*

Questão 25

As atividades de monitoramento têm por objetivo

Ⓐ dispensar o adequado tratamento às diversas espécies de risco a que está sujeita a organização.

Ⓑ criar condições para que se cumpram as políticas e os processos estabelecidos pela organização.

Ⓒ identificar fragilidades e implementar melhorias no sistema de controle interno.

Ⓓ averiguar se os procedimentos de controle interno estão sendo observados pelos empregados da organização.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O monitoramento envolve o acompanhamento da qualidade do controle interno, visando assegurar a sua adequação aos objetivos, ao ambiente, aos recursos e aos riscos. Tem por objetivo identificar fragilidades e possibilidades de melhorias a

partir da avaliação de certos componentes do sistema de controles internos e da verificação de suas funcionalidades.*/
B - Errado. O monitoramento envolve o acompanhamento da qualidade do controle interno, visando assegurar a sua adequação aos objetivos, ao ambiente, aos recursos e aos riscos. Tem por objetivo identificar fragilidades e possibilidades de melhorias a partir da avaliação de certos componentes do sistema de controles internos e da verificação de suas funcionalidades.*/
C - CERTO. O monitoramento envolve o acompanhamento da qualidade do controle interno, visando assegurar a sua adequação aos objetivos, ao ambiente, aos recursos e aos riscos. Tem por objetivo identificar fragilidades e possibilidades de melhorias a partir da avaliação de certos componentes do sistema de controles internos e da verificação de suas funcionalidades.*/
D - Errado. O monitoramento envolve o acompanhamento da qualidade do controle interno, visando assegurar a sua adequação aos objetivos, ao ambiente, aos recursos e aos riscos. Tem por objetivo identificar fragilidades e possibilidades de melhorias a partir da avaliação de certos componentes do sistema de controles internos e da verificação de suas funcionalidades.*

Questão 26

O sistema de freios e contrapesos é um mecanismo destinado ao

Ⓐ controle recíproco dos Poderes da República, sem prejuízo da autonomia conferida a cada um deles para o exercício de suas funções.

Ⓑ controle da legalidade dos atos e das atividades administrativas dos Poderes da República, devendo ser exercido por órgão com competência para solucionar os conflitos de direito a ele submetidos.

Ⓒ controle jurisdicional com poderes para restringir a autonomia e a independência dos Poderes da República, em circunstâncias específicas estabelecidas no arcabouço legal.

Ⓓ controle exercido pelo próprio cidadão por meio da utilização de mecanismos de fiscalização previstos na Constituição Federal, com o propósito de denunciar abuso dos Poderes da República.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. O sistema de freios e contrapesos consiste no controle do Poder pelo próprio Poder, em que cada Poder teria autonomia para exercer sua função, mas seria controlado pelos outros Poderes.*/
B - Errado. O sistema de freios e contrapesos consiste no controle do Poder pelo próprio Poder, em que cada Poder teria autonomia para exercer sua função, mas seria controlado pelos outros Poderes.*/
C - Errado. O sistema de freios e contrapesos consiste no controle do Poder pelo próprio Poder, em que cada Poder teria autonomia para exercer sua função, mas seria controlado pelos outros Poderes.*/
D - Errado. O sistema de freios e contrapesos consiste no controle do Poder pelo próprio Poder, em que cada Poder teria autonomia para exercer sua função, mas seria controlado pelos outros Poderes.*

Questão 27

Um dos mecanismos de controle parlamentar previstos na Constituição Federal de 1988 (CF) consiste no pedido escrito de informações à administração pública, cujos agentes com legitimidade ativa e passiva são, respectivamente,

Ⓐ as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; e o chefe do Poder Executivo Federal e ministros de Estado.

Ⓑ a Câmara dos Deputados e o Senado Federal ou qualquer uma de suas comissões; e os ministros de Estado.

Ⓒ as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; e os ministros de Estado e titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

- Ⓓ membros de qualquer das casas do Congresso Nacional; e os ministros de Estado e titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994) */

B - ERRADO. Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994) */

C - CERTO. Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994) */

D - ERRADO. Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar

Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994) */

Questão 28

Caso certo agente público pratique ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública, independentemente das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas, previstas em legislação, a pena aplicável a este agente público será a

- Ⓐ perda da função pública.
- Ⓑ suspensão dos direitos políticos.
- Ⓒ proibição de contratar com o poder público.
- Ⓓ advertência pública.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO.

Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)

"Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

(...)

III - na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos;"

O art. 11 da Lei nº 8.429/1992 trata especificamente dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

A perda da função pública é aplicável apenas aos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário ou que importam enriquecimento ilícito. */

B - Errado. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)

"Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

(...)

III - na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da

qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos;"

O art. 11 da Lei nº 8.429/1992 trata especificamente dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

A suspensão de direitos políticos é aplicável apenas aos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário ou que importam enriquecimento ilícito.*/

C - CERTO. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)

"Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

(...)

III - na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos;"

O art. 11 da Lei nº 8.429/1992 trata especificamente dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública. */

D - CONTROLE EXTERNO:

6 Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). Errado. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)

"Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

(...)

III - na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos;"

O art. 11 da Lei nº 8.429/1992 trata especificamente dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

A advertência pública não se encontra entre as cominações previstas para o caso de ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da Administração Pública.*/

Questão 29

A principal característica da jurisdição una consiste na existência de

- A) contencioso administrativo ou jurisdição administrativa específica para tratar de litígios envolvendo a administração pública.
- B) jurisdição administrativa independente da jurisdição comum até que se chegue ao último grau de decisão, quando um único tribunal passará a responder tanto pelos litígios administrativos como pelos litígios de natureza diversa.
- C) juízes especializados em questões envolvendo a administração pública, facilitando a compreensão adequada dos litígios de que o Estado faça parte.

- D) juízes e tribunais comuns para o julgamento de litígios em que a Administração Pública é parte, admitida a criação de varas especializadas inseridas nos órgãos de uma mesma jurisdição.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. O sistema em que há um contencioso administrativo ou jurisdição administrativa específica para litígios envolvendo a administração pública é a Jurisdição dupla, também denominado de dualidade de jurisdição ou dualista.*/

B - Errado. O conceito apresentado diz respeito a um sistema misto, representado pelos ordenamentos em que um único tribunal representa o último grau para os litígios administrativos e os demais, embora existam vários outros critérios de identificação. Difere-se do sistema dualista, que contempla uma jurisdição administrativa independente da jurisdição comum até o último grau, ainda que inserida no Judiciário e ainda que haja um Tribunal ou Corte Constitucional. */

C - Errado. Contradizendo o disposto no enunciado, autores consideram como ponto negativo do sistema de jurisdição una, a não especialização dos juízes, o que dificultaria a compreensão adequada das questões referentes à Administração Pública.*/

D - CERTO. No sistema de jurisdição una, o julgamento de litígios em que a Administração é parte compete aos juízes e tribunais comuns, admitindo-se varas especializadas, mas inseridas entre os órgãos de uma única ordem de jurisdição.*/

Questão 30

A respeito dos dispositivos constitucionais relacionados ao Tribunal de Contas da União (TCU), julgue os seguintes itens.

- I É legítimo a qualquer cidadão, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o TCU.
- II Cabe ao Congresso Nacional a escolha de dois terços dos ministros do TCU.
- III É competência do TCU exercer a fiscalização da aplicação de recursos repassados pela União ao Distrito Federal.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas o item III está certo.
- D) Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Todos os itens estão certos.*/

B - Errado. Todos os itens estão certos.*/

C - Errado. Todos os itens estão certos.*/

D - CERTO.

Item I

O item I está certo.

§ 2º do art. 74 da Constituição Federal:

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Item II

O item II está certo.

Inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal:

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I - um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II - dois terços pelo Congresso Nacional.

Item III

O item III está certo.

Inciso VI do art. 71 da Constituição Federal:

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;*/

Questão 31

No que se refere à auditoria governamental, assinale a opção correta.

- Ⓐ A auditoria operacional tem o objetivo de examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis pela organização.
- Ⓑ A avaliação objetiva da auditoria determina que os trabalhos sejam realizados por profissionais independentes em relação a organizações, programas, processos e objetos examinados, para assegurar a imparcialidade dos julgamentos.
- Ⓒ A eventual discrepância entre a situação existente na organização e os critérios empregados nos trabalhos originará o escopo da auditoria.
- Ⓓ Antes voltada à descoberta de erros e fraudes, a auditoria governamental evoluiu, passando a ter também função preventiva e orientadora.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O item está errado, porque, a auditoria operacional objetiva examinar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública.*/

B - Errado. O item está errado, porque, a avaliação objetiva da auditoria significa que os fatos devem ser avaliados pelo auditor com a mente livre de vieses. O descrito no item refere-se às características do processo independente de auditoria governamental.*/

C - Errado. O item está errado, porque, a eventual discrepância entre a situação existente na organização e os critérios empregados nos trabalhos originará os achados de auditoria.*/

D - CERTO. O item está certo, porque a auditoria governamental antes era voltada para a descoberta de erros e fraudes, e evoluiu para outros domínios, abarcando formas específicas e especializadas, passando a possuir também função preventiva e orientadora.*/

Questão 32

De acordo com o plano anual de atividades, determinado auditor da SEPLAN-DF realizou análises da execução de cronogramas em face dos objetivos e metas estabelecidos concernentes às políticas públicas; examinou relatórios de acompanhamento produzidos com vistas à avaliação dos resultados alcançados e à eficiência dos gestores das políticas públicas; e verificou a documentação instrutiva e comprobatória, quanto à execução de programas, planos e projetos de governo.

Nessa situação hipotética, é correto afirmar que o servidor executou a auditoria

- Ⓐ de sistemas contábeis.
- Ⓑ de avaliação de programas governamentais.
- Ⓒ patrimonial.
- Ⓓ de conformidade requisitada por terceiros.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O item está errado, porque a auditoria de sistemas contábeis e financeiros objetiva assegurar a adequação dos lançamentos, observando as diretrizes estabelecidas, a legislação específica contábil-financeira, a privacidade dos dados e informações oriundas dos sistemas eletrônicos de processamento de dados.*/

B - CERTO. O item está certo, porque a auditoria de avaliação de programa governamental, em regra, é prevista em planos anuais de auditoria, e abarcam atividades de: análises da execução físico-financeira em face dos objetivos e metas estabelecidos;

examine de relatórios de acompanhamento produzidos com vistas à avaliação dos resultados alcançados e a eficiência gerencial para a política pública setorial estabelecida; e verificação de documentação instrutiva e comprobatória, quanto à propriedade dos dispêndios realizados.*/

C - ERRADO. O item está errado, porque a auditoria patrimonial valse-se de técnicas específicas utilizadas no exame dos registros e documentos, bem como na coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos adequados, pertinentes ao controle do patrimônio de órgão ou entidade.*/

D - ERRADO. O item está errado, porque a auditoria especial requisitada por terceiros objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação específica. Por sua natureza, é difícil prevê-la em plano anual de auditoria.*/

Questão 33

No que se refere à auditoria de conformidade governamental, julgue os itens seguintes.

- I A auditoria de conformidade pode abranger ampla variedade de objetos, fornecer asseguração razoável ou limitada e utilizar diversos tipos de critérios e procedimentos de obtenção de evidências.
- II As normas constituem os elementos secundários da auditoria de conformidade e inclui regras, leis e regulamentos.
- III O objeto da auditoria de conformidade é definido na matriz de planejamento.
- IV A auditoria de conformidade pode ser parte de auditoria combinada, a exemplo da combinação com a auditoria operacional.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ III e IV.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O item I está certo e o item II, errado.

O item I está certo porque a auditoria de conformidade pode abranger ampla variedade de objetos, ser executada para fornecer asseguração razoável ou limitada, utilizando diversos tipos de critérios, procedimentos de obtenção de evidências e formatos de relatório.

O item II está errado, porque as normas constituem os elementos mais fundamentais da auditoria de conformidade, porque a estrutura e o conteúdo das normas fornecem os critérios de auditoria, incluindo regras, leis e regulamentos.*/

B - CERTO. O item I e IV estão certos.

O item I está certo, porque a auditoria de conformidade pode abranger ampla variedade de objetos, ser executada para fornecer asseguração razoável ou limitada, utilizando diversos tipos de critérios, procedimentos de obtenção de evidências e formatos de relatório.

O item IV está certo, porque a auditoria de conformidade pode ser parte de uma auditoria combinada, como, por exemplo, a combinação com a auditoria operacional.*/

C - Errado. Os itens II e III estão errados.

O item II está errado, porque as normas constituem os elementos mais fundamentais da auditoria de conformidade, porque a estrutura e o conteúdo das normas fornecem os critérios de auditoria, incluindo regras, leis e regulamentos.

O item III está errado, porque o objeto da auditoria de conformidade é definido no seu escopo.*/

D - Errado. O item III está errado e o item IV está certo.

O item III está errado, porque o objeto da auditoria de conformidade é definido no seu escopo.

O item IV está certo, porque a auditoria de conformidade pode ser parte de uma auditoria combinada, como, por exemplo, a combinação com a auditoria operacional.* /

Questão 344

O fator utilizado para delimitação do escopo de auditoria de demonstrações contábeis, e que está atrelado à importância relativa ou ao papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade organizacional, existentes em um dado contexto, é denominado de

- A relevância.
- B materialidade.
- C criticidade.
- D eficiência.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. O item está certo, porque o fator relevância está atrelado à importância relativa ou papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade organizacional, existentes em um dado contexto.* /

B - Errado. O item está errado, porque o fator materialidade refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle objeto dos exames pela auditoria.* /

C - Errado. O item está errado, porque o fator criticidade representa o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a ser controlado, ou seja, da composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos latentes.* /

D - Errado. O item está errado, porque o fator eficiência diz respeito à relação entre recursos empregados e produtos entregues em termos de quantidade, qualidade e tempestividade.* /

Questão 35

O teste substantivo utilizado na auditoria de demonstrações contábeis que representa a aproximação de um elemento, item ou conta de uma demonstração contábil, na ausência de mensuração exata, é o teste de

- A detalhes de divulgações.
- B estimativas contábeis.
- C detalhes de saldos.
- D detalhes de classes de transações.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O teste de detalhes de divulgações avalia se a apresentação das demonstrações contábeis como um todo está de acordo com a estrutura de relatórios financeiros aplicável e se cada demonstração contábil, individualmente, reflete a classificação e descrição apropriada das informações financeiras.* /

B - CERTO. O teste de estimativas contábeis representa a aproximação de um elemento, item ou conta de uma demonstração contábil, na ausência de mensuração exata.* /

C - Errado. O teste de detalhes de saldos focaliza a obtenção de evidência diretamente sobre um saldo de conta e não sobre os débitos e créditos que o compõem.* /

D - Errado. O teste de detalhes de classes de transações envolve, principalmente, as técnicas de rastreamento e *vouching*.* /

Questão 36

Acerca da auditoria operacional e da avaliação de programas de governo, julgue os itens seguintes.

I Pode-se dizer que o gestor de um programa de governo auditado que incluiu ação para que o serviço de vacinação alcançasse crianças que habitam em áreas de difícil acesso, buscou agir de acordo com o conceito de equidade.

II Um exemplo de independência do auditor durante o processo da auditoria operacional é a definição da abordagem metodológica.

III Planejamento, seleção de temas, execução, relatório, apreciação pela unidade de auditoria, divulgação, comentário do gestor auditado e monitoramento, respectivamente, são as etapas, em sequência, do ciclo de auditoria operacional.

IV O risco de conclusões incorretas ou incompletas pode ser mitigado pela equipe de auditoria, a qual deve deter, coletivamente, conhecimento das técnicas de auditoria, dispensando-se o conhecimento do objeto auditado.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D III e IV.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. Os itens I e II estão certos.

O item I está certo, porque o gestor do programa auditado utilizou o princípio da equidade: “para proporcionar uma autêntica igualdade de oportunidades, a sociedade deve atender mais aos nascidos com menos dotes e aos nascidos em setores socialmente menos favorecidos”.

O item II está certo, porque a definição da abordagem metodológica constitui um exemplo da ação independente do auditor em relação à unidade organizacional auditada.* /

B - Errado. O item I está correto e o item IV, errado.

O item I está certo, porque o gestor do programa auditado utilizou o princípio da equidade: “para proporcionar uma autêntica igualdade de oportunidades, a sociedade deve atender mais aos nascidos com menos dotes e aos nascidos em setores socialmente menos favorecidos”.

O item IV está errado, porque o risco de conclusões incorretas ou incompletas pode ser mitigado pela equipe de auditoria, a qual, coletivamente, deve deter o conhecimento adequado do objeto e das técnicas de auditoria.* /

C - Errado. O item II está correto e o item III, errado.

O item II está certo, porque a definição da abordagem metodológica constitui um exemplo da ação independente do auditor em relação à unidade organizacional auditada.

O item III está errado, porque o ciclo de auditoria operacional é realizado na seguinte sequência: seleção de temas, planejamento, execução, relatório, comentário do gestor auditado, apreciação pela unidade de auditoria, divulgação e monitoramento.* /

D - Errado. Os itens III e IV estão errados.

O item III está errado, porque o ciclo de auditoria operacional é realizado na seguinte sequência: seleção de temas, planejamento, execução, relatório, comentário do gestor auditado, apreciação pela unidade de auditoria, divulgação e monitoramento.

O item IV está errado, porque o risco de conclusões incorretas ou incompletas pode ser mitigado pela equipe de auditoria, a qual, coletivamente, deve deter o conhecimento adequado do objeto e das técnicas de auditoria.* /

Questão 37

Com relação ao planejamento de auditoria governamental, assinale a opção correta.

- A O levantamento de escopo restrito tem por finalidade conhecer a organização e o funcionamento das áreas que poderão ser auditadas, assim como identificar objetos e instrumentos de fiscalização.
- B A matriz de análise de riscos identifica e pondera os riscos de controle incidentes sobre a atividade auditada, mas não auxilia na identificação de riscos residuais mais críticos que requerem a atenção da auditoria.

- Ⓒ Recomenda-se o uso de amostragem estatística quando há maior risco de fraudes ou quando há necessidade de alta precisão nos trabalhos de auditoria.
- Ⓓ A matriz de planejamento constitui instrumento flexível e seu conteúdo pode ser atualizado ou modificado pela equipe, à medida que evolui o trabalho de auditoria.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O levantamento de escopo amplo — e não restrito — tem por finalidade conhecer a organização e o funcionamento das áreas que poderão ser auditadas, assim como identificar objetos e instrumentos de fiscalização.*/

B - Errado. A matriz de análise de riscos identifica e pondera os riscos de controle incidentes sobre a atividade auditada, bem como auxilia na identificação de riscos residuais mais críticos que requerem a atenção da auditoria.*/

C - Errado. Recomenda-se o não uso de amostragem estatística quando há maior risco de fraudes ou quando há necessidade de alta precisão nos trabalhos de auditoria.*/

D - CERTO. A matriz de planejamento constitui instrumento flexível e seu conteúdo pode ser atualizado ou modificado pela equipe, à medida que evolui o trabalho de auditoria.*/

Questão 38

Certo auditor elaborou seus papéis de trabalho de forma tal que qualquer pessoa que os consulte seja capaz de entender o objetivo, a natureza, o escopo e as conclusões da auditoria realizada, sem que haja quaisquer explicações adicionais, e organizou os papéis seguindo uma estrutura lógica, facilitando a recuperação da informação.

Tendo como base essa situação hipotética, assinale a opção que apresenta as características dos papéis de trabalho do auditor.

- Ⓐ organização, relevância
- Ⓑ facilidade de elaboração, facilidade de revisão
- Ⓒ legibilidade, facilidade de revisão
- Ⓓ clareza e concisão, organização

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O fato de que qualquer pessoa que consulte os papéis de trabalho seja capaz de entender o objetivo, a natureza, o escopo e as conclusões da auditoria realizada, sem necessidade de explicações adicionais, vincula-se à característica de clareza e concisão. Já a relevância está associada ao aspecto de que as informações devem restringir-se a temas que sejam materialmente importantes, pertinentes e úteis para a auditoria.*/

B - Errado. A facilidade de elaboração significa que os papéis de trabalho não devem depender de procedimentos excessivamente custosos e de difícil execução. Já a facilidade de revisão associa-se à necessidade de que os papéis de trabalho sejam elaborados de modo a favorecer a revisão da qualidade da auditoria, considerando-se as necessidades de seus usuários.*/

C - Errado. A legibilidade refere-se ao aspecto de que os papéis de trabalho devem ser fáceis de entender e interpretar, inclusive para que possam ser usados como evidências do trabalho realizado. Já a facilidade de revisão associa-se à necessidade de que os papéis de trabalho sejam elaborados de modo a favorecer a revisão da qualidade da auditoria, considerando-se as necessidades de seus usuários.*/

D - CERTO. Clareza e concisão estão relacionadas ao fato de que qualquer pessoa que consulte os papéis de trabalho deve ser capaz de entender o objetivo, a natureza, o escopo e as conclusões da auditoria realizada, sem necessidade de explicações adicionais. E a organização atrela-se ao fato de que os papéis de trabalho foram organizados segundo uma estrutura lógica, facilitando a recuperação da informação.*/

Questão 39

Assinale a opção que corresponde a um exemplo de impropriedade em achados de auditoria.

- Ⓐ fraude
- Ⓑ descumprimentos de leis e outras normas
- Ⓒ uso indevido de recursos
- Ⓓ deficiência no controle interno

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Fraude é um exemplo de irregularidade — e não impropriedade — em achados de auditoria.*/

B - Errado. Descumprimentos de leis e outras normas é um exemplo de irregularidade — e não impropriedade — em achados de auditoria.*/

C - Errado. Uso indevido de recursos é um exemplo de irregularidade — e não impropriedade — em achados de auditoria.*/

D - CERTO. A deficiência no controle interno constitui exemplo de impropriedade em achados de auditoria.*/

Questão 40

Ao redigir um relatório de auditoria, certo auditor certificou-se de que o documento fosse emitido no prazo previsto, sem comprometimento da qualidade, contendo informações atualizadas para subsidiar as unidades organizacionais auditadas e demais atores interessados.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção em que está apresentado o requisito de elaboração de relatório de auditoria adotado pelo auditor.

- Ⓐ completude
- Ⓑ tempestividade
- Ⓒ convicção
- Ⓓ concisão

Espaço livre

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O requisito de completude associa-se ao fato de que o relatório de auditoria deve incluir todas as informações e argumentos necessários para abordar os objetivos e as questões de auditoria, e ser suficientemente detalhado para oferecer uma compreensão do objeto, dos achados e das conclusões da auditoria.*/

B - CERTO. O requisito de tempestividade refere-se à necessidade de que o relatório de auditoria seja emitido no prazo previsto, sem comprometer a qualidade, contendo informações atualizadas para subsidiar as unidades organizacionais auditadas e demais atores interessados.*/

C - Errado. O requisito de convicção significa que o relatório de auditoria deve ser convincente, logicamente estruturado e apresentar clara relação entre objetivos, questões, critérios, achados, conclusões, recomendações e determinações de auditoria.*/

D - Errado. O item está errado, porque o requisito de concisão significa produzir um relatório de auditoria que não seja mais extenso do que o necessário para transmitir a mensagem e fundamentar as conclusões.*/

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

PROVA DISCURSIVA P₄

Considerando que uma economia seja formada por um bem privado e um bem público, ambos classificados como bens normais, e que, por simplicidade e sem que haja perda de generalidade, essa economia seja formada por dois agentes, redija um texto dissertativo atendendo ao que se pede a seguir.

- 1 Defina bens públicos. [valor: 10,00 pontos]
 - 2 Defina a situação Pareto eficiente. [valor: 10,00 pontos]
 - 3 Demonstre que, em uma situação Pareto eficiente, a taxa marginal de substituição da economia é igual à soma das taxas marginais de substituição dos indivíduos. [valor: 18,00 pontos]
-

RASCUNHO

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |